



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

Na sequência da reunião extraordinária do Conselho Nacional da AOFA, realizada em 4 de julho de 2017, declara-se:

A AOFA não comenta questões de índole operacional e de gestão interna dos Ramos, preocupando-se sim com a defesa de questões socioprofissionais, assistenciais e deontológicas;

Considerando que o assalto aos paíóis militares em Tancos, como assunto de Estado que é, se reveste de extrema gravidade, devendo ser investigada a situação e definidas todas as consequências que ao caso couberem, para evitar que casos semelhantes se repitam, mantendo à margem do mediatismo jornalístico e político o Exército, enquanto Instituição;

Considerando que a situação é o reflexo do estado de elevado grau de degradação das infraestruturas e meios afetos às Forças Armadas, da já crónica falta de pessoal para o serviço e da degradação dos direitos dos militares, tudo tendo por causa as opções políticas de sucessivos Governos, iniciadas há décadas, revestindo-se de particular saliência as questões estatutárias e orçamentais;

A AOFA entende que é urgente reavaliar as políticas relativas às Forças Armadas, cumprindo a legalidade no que à Condição Militar diz respeito, resolvendo no imediato a gravosa situação a que se deixou chegar a Instituição Militar;

A AOFA reitera que é imperativo que o MDN, o Governo e os restantes Órgãos de Soberania o entendam, de uma vez por todas, enquanto primeiros responsáveis pela necessidade urgente de credibilização e defesa do Estado.

A AOFA salienta, assim, que a situação exige a inequívoca assunção de responsabilidades pela tutela ou, em alternativa, a ponderação na continuidade do exercício do cargo.

O Presidente

António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-coronel